

Ulysses ouve Estados sobre a Constituinte

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, começa hoje, por Minas Gerais, uma peregrinação pelos Estados — até o dia 27, quando começa a votação em plenário — para conversar com os Governadores sobre os rumos finais da Constituinte. Dois assuntos, contudo, não ficarão de fora das conversações: o mandato presidencial e o sistema de governo.

Ulysses vai conversar isoladamente com cada Governador e, como Presidente do PMDB, pretende conhecer também a situação do partido nos Estados. Bem a seu estilo, Ulysses quer mais ouvir a opinião dos Governadores sobre a conjuntura política do que expor seu ponto de vista:

— Como diz o ditado árabe, Deus deu dois ouvidos e uma só boca para que a gente ouça duas vezes antes de falar — ensinou.

Ulysses identifica dentro da Constituinte um ciclo de mudança de tendências sobre o sistema de governo e o mandato presidencial, mas sempre como um ponto em comum: quando cresce a tese do mandato de cinco anos, imediatamente vê-se o impulso que ganha o parlamentarismo; e quando nota-se a vantagem do mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney, há uma inclinação para se manter o presidencialismo. Perguntado sobre a sua conclusão a partir dessa análise, Ulysses apenas sorriu.

Ulysses vem defendendo o mandato de cinco anos para Sarney desde a instalação dos trabalhos da Constituinte. Quando voltou a Brasília após o recesso de fim de ano, ele passou a reconhecer publicamente a pressão popular pelos quatro anos. Sem querer arriscar um palpite, ele

seu apoio à proposta "para não criar atritos com as outras linhas presidencialistas".

A principal modificação do texto original, elaborado pelo jurista Miguel Reale Júnior, assessor de Ulysses, prevê que a indicação pelo Presidente do Primeiro-Ministro dispensará a aprovação da Câmara se for parlamentar em exercício de mandato. Em compensação, estará sujeito a moção de censura, a ser aprovada pela maioria absoluta do Congresso, em sessão unicameral,



Ulysses: mais ouvir do que falar

identifica neste momento a volta do crescimento do parlamentarismo com cinco anos.

Hoje à noite, Ulysses encontra-se com o Governador de Minas, Newton Cardoso, e há perspectiva de que ele converse também com o ex-Governador do Estado Hélio Garcia. Ele justifica sua viagem aos Estados com a necessidade de obter o apoio dos Governadores à tese do apressamento dos trabalhos da Constituinte e agradecer-lhes o apoio dado à Assembléia até agora.

Líder crê em cinco anos

Para o Líder do Governo na Constituinte, Carlos Sant'Anna — que ontem reafirmou ao Presidente José Sarney sua crença na aprovação da emenda que estabelece o mandato de cinco anos —, os Governadores do PMDB adeptos do mandato de quatro anos já não têm força para derrotar a emenda.

— As áreas de influência desses Governadores já estão demarcadas. Os constituintes que poderiam receber influência dos Governadores para votar pelos quatro anos não assinaram a emenda do Deputado Matheus Iensen (PMDB-PR).

Para Sant'Anna, as assinaturas estabelecem um vínculo irreversível com o voto de cada constituinte. De manhã, quando foi ao Palácio da Alvorada para conversar com Sarney, o Deputado apostava em 310 adesões à emenda de Matheus Iensen.

O Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, disse ontem no seu gabinete que a mudança da expectativa dos quatro para os cinco anos de mandato presidencial é "apenas uma questão de coerência".

— As coisas quando são coerentes chegam no seu tempo, naturalmente — disse.

Emenda acolhe mudanças de Sarney

BRASÍLIA — Depois de receber alterações sugeridas pelo Presidente José Sarney, a emenda do Deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), que propõe o sistema mitigado de Governo, foi apresentada ontem por constituintes ligados ao Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e um grupo de parlamentaristas, liderado pelos Deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Cid Carvalho (PMDB-MA). Os dois parlamentares estiveram com Sarney no Palácio do Planalto e, segundo Cid, o Presidente só não declarou ainda publicamente o

conteúdo da proposta. Para apresentação, coordenada pela Liderança do PMDB na Câmara, a emenda foi subdividida em 19 artigos, 15 no capítulo do Poder Executivo e quatro no do Poder Legislativo, encaminhados como emendas individuais.

— Não teríamos tempo e nem tínhamos interesse de coletar as 280 assinaturas para poder apresentar emenda a título ou capítulo — explicou Cid, entre um e outro telefonema à procura de parlamentares que assinassem as propostas.

desde o momento de sua posse, sem o prazo de seis meses previsto na primeira versão da proposta.

Também por sugestão de Sarney, a proposta estabelece que o Ministro da Justiça será o substituto do Primeiro-Ministro, em caso de impedimento temporário ou vacância do cargo. Pela primeira versão, o substituto seria indicado pelo próprio Primeiro-Ministro.

Segundo Reale, as sugestões apresentadas por Sarney foram para "pequenas adaptações" e não alteraram